

O estudo da comunicação na formação dos profissionais de saúde: algumas questões e aproximações

Ausonia Favorido Donato^I
Ana Luisa Zaniboni Gomes^{II}

Resumo

A capacidade de traduzir criticamente os grandes problemas sociais impõe-se à comunidade científica nacional, da mesma maneira que ocorre na área da Saúde Coletiva, onde questões e reflexões próprias do campo, centradas em temas como formação, comunicação, participação, mobilização e educação em saúde – objetos de centenas de dissertações, teses e pesquisas acadêmicas desde meados dos anos 1970 – permanecem acesas nos corações e mentes de pesquisadores e técnicos. Numa tentativa de aproximação com o tema a que nos propusemos aqui refletir, destacamos a pouca presença, nos estudos disciplinares da Saúde e da Educação, dos conhecimentos e práticas próprios do campo da Comunicação. Numa perspectiva dialética, e considerando as teorias que desenham as reflexões do campo da Comunicação, como a Teoria da Indústria Cultural e suas análises críticas sobre a mercantilização da cultura e o mercado cultural, notadamente a Escola de Frankfurt, refletimos sobre a necessidade de um exercício crítico, fundamental para decifrar a realidade das relações sociais. Os estudos que relatam experiências de aproximação entre os campos da Comunicação e da Educação, que derivam das inquietações frente à expansão dos media no século XX, nos oferecem abordagens, a partir das quais podem ser destacados pontos de convergência, possibilidades de interrelação e desafios, o que nos leva a um novo campo científico, o da Educomunicação.

Palavras-chave: Educação; processos comunicacionais; educomunicação

Abstract

The capacity of critically translating the great social problems is introduced to the domestic scientific society, as occurs in the Collective Health area, where issues and reflections that are singular to the field, focused in themes such as qualification, communication, participation, mobilization and education in health – object matter of hundreds of dissertations, theses and academic researches as from mid 70's – remain active in the hearts and minds of technical researchers. In an attempt to get closer to the theme which we are here to reflect, we remarked the minor presence, in the disciplinary Health and education studies, the knowledge and practices that are typical from the Communication field. In a dialectic perspective, and considering theories that redraw the reflections of the Communication field, such as Cultural Industry Theory and its critical analysis on the commoditization of culture and the cultural market, especially the School of Frankfurt, we reflected upon the necessity of a critical practice, primordial for decrypting the reality of the social relations. The studies that report the approximation experiences between the Communication and Education fields, which arise from the unrest in view of the expansion of the media of the twentieth century, offer us approaches, as from which the convergence points, interrelation possibilities and challenges might be remarked, which drives us to a new scientific field, the Educommunication.

Key-words: Education; communicational processes; educommunication

^I Ausonia Favorido Donato (ensino@isaude.sp.gov.br) é educadora, mestre e doutora em Saúde Pública. Diretora do Núcleo de Formação e Desenvolvimento Profissional do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e diretora Pedagógica do Colégio Equipe (São Paulo).

^{II} Ana Luisa Zaniboni Gomes (analuisa@obore.com) é jornalista, especialista em Gestão de Processos Comunicacionais, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e diretora de gestão da OBORÉ Projetos Especiais em Comunicações e Artes.



Um dos desafios permanentes apresentados à comunidade científica nacional refere-se à sua própria capacidade de traduzir, criticamente, os grandes problemas sociais que ainda assolam o País neste novo século. E de ajudar a respondê-los.

Na Saúde Coletiva, por exemplo, muitas das questões e reflexões próprias do campo, centradas em temas como formação, comunicação, participação, mobilização e educação em saúde – objetos de centenas de dissertações, teses e pesquisas acadêmicas desde meados dos anos 1970 – permanecem acesas nos corações e mentes de pesquisadores e técnicos. São brasa adormecida nas pautas prioritárias das políticas públicas de saúde das diversas esferas de governo, possibilidades instaladas no dia a dia do nosso povo. Ou seja, vasta é a produção, não tão grande assim é a sua difusão e socialização e ainda menor é a sua aplicação, na prática.

Em uma primeira tentativa de aproximação com o tema a que nos propusemos aqui refletir, destacamos a pouca presença, nos estudos disciplinares da Saúde e da Educação, dos conhecimentos e práticas próprios do campo da Comunicação.

Durante os anos 1970 e 1980 havia a predominância de um domínio conceitual fragmentado, por vezes reduzido à dimensão mecanicista ou instrumental do processo comunicativo – marca ainda muito presente nos dias de hoje. Havia uma redução desse processo a

uma abordagem binária: bastava o comparecimento de um emissor, de uma mensagem e de um receptor para que ocorresse a comunicação. Em várias modalidades pedagógicas, sejam cursos, oficinas, treinamentos ou capacitações, uma das expectativas de aprendizagem era a produção de cartazes a partir de assuntos fornecidos pelos professores, em geral sobre campanhas de vacinação. O tema “barreiras da comunicação” era tratado como mera inadequação vocabular: acreditava-se que a simples substituição de uma palavra menos usual por outra de uso mais cotidiano resolveria qualquer problema de comunicação. Questões culturais, conflitos de classe e aspectos como motivação, repertório, representações sociais e mediações ainda não eram considerados, evidenciando o caráter fragmentário dos conceitos e das práticas de comunicação de então.

A partir dos anos 1990, já com o Sistema Único de Saúde (SUS) regulamentado, outro aspecto a ser destacado é o ainda frágil compromisso das instâncias formais de controle social das políticas públicas de saúde de considerar a comunicação como mais uma aliada de suas lutas. Outro, ainda, é a falta de preparo dos meios de comunicação de massa em localizar, investigar e retratar os grandes problemas nacionais, neste setor.

Tais fragilidades reatribuem a nós, pesquisadores da área da Saúde Coletiva e pesquisadores da área da Comunicação, o papel de elaborar devolutivas capazes

de traduzir, no cotidiano, o discurso formal da ciência, facilitando sua socialização. Como responder a isso? Como traduzir e construir, ainda no caminho exploratório da pesquisa, espaços comunicativos facilitadores e mediadores das nossas produções? De que natureza seriam? A quem e para quem serviriam? Quem mais poderia e quererá estar conosco neste percurso?

Ao recuperar o sentido real ou figurado das travessias nas diversas formas de sociedade, escreveu Octavio Ianni⁹ que todo o cientista se propõe a algum percurso quando estuda, ensina ou pesquisa. O pesquisador, assim como o viajante, nunca está sozinho porque o movimento da travessia é sempre coletivo – “nós” saímos em busca dos “outros” a partir da descoberta e da construção de métodos e caminhos de mundo que não estão traçados.

O alargamento das margens do campo – no caso, aqui, o da Saúde Coletiva – e a aproximação e o entrosamento das grandes questões nele instaladas tanto interna quanto externamente, podem, de fato, potencializar e atualizar leituras e *práxis*, influenciando no estado da arte de suas produções. Isso posto, como provocar, tecer e sustentar, nas condições atuais de nossas instituições de ensino e pesquisa, a tão necessária interdisciplinaridade?

Neste artigo concentram-se alguns singelos questionamentos sobre o porquê da importância de incluir o estudo da Comunicação na formação dos profissionais de saúde. Deles certamente decorrerão outras diversas reflexões que o tema e a sua problemática merecem e exigem acerca de paradigmas, tipos, meios, métodos e formas de conceber, produzir e socializar – portanto, tornar comum – a gama de conhecimentos presentes nos centros de pesquisa ligados à Saúde Pública.

Encontrando a Comunicação

Numa perspectiva dialética, as teorias que desenharam as reflexões do campo da Comunicação iniciam-se nas décadas de 1930 e 1940, com a Teoria da Indústria Cultural e suas análises críticas sobre a mercantilização da cultura e o mercado cultural. Para seus seguidores, notadamente os ligados à Escola de Frankfurt, o exercício da crítica é fundamental para decifrar a realidade uma vez que um manto ideológico encobre e embaça os significados das complexas relações sociais.

No Brasil, duas etapas retratam a constituição do mercado cultural: a do desenvolvimento nacional (1930-50) e a do desenvolvimento transnacional (1950-60).

Na primeira etapa, marcada por processos socioeconômicos de urbanização e industrialização e por processos político-culturais do nacionalismo e populismo, os meios de comunicação de massa desempenham papel pendular. Difundem estilos de vida urbanos e a necessária socialização, ao mesmo tempo em que agudizam as tensões sociais e expõem a exclusão, dado que grande parte da população não tinha acesso aos bens ofertados pela modernidade. O rádio e o cinema foram, nesta fase, os principais veículos de difusão massiva das primeiras vivências cotidianas do nosso país e de nosso povo.

A segunda fase, a do desenvolvimento transnacional, é marcada pela ideologia desenvolvimentista associada ao capital estrangeiro que passou a dominar os principais ramos da indústria no País. Tal configuração, aliada à ditadura militar, que viria logo depois, fez com que aqui se desenvolvesse uma política de grande dependência econômica, social e cultural. Implantou-se uma infraestrutura tecnológica que, em nome da integração nacional, fez emergir a televisão como o principal veículo da indústria cultural. Por contar com uma base de produção nacional, este modelo de televisão evoluiu e se consolidou como um dos mais avançados do mundo. Nesta etapa, também os meios de comunicação de massa assumiram um papel pendular: negavam o imperialismo cultural por sua avançada produção nacional, ao mesmo tempo em que eram regidos e organizados segundo o modelo transnacional, típico dos países mais desenvolvidos do planeta.

A participação popular no mercado cultural brasileiro manteve-se encoberta enquanto fenômeno de comunicação de massa. Desprezada tanto pela elite intelectual quanto pelos mecanismos formais de pesquisa de mercado, a comunicação popular mereceu poucos estudos e pesquisas sobre as classes populares e as reapropriações ou decodificações que faziam dos produtos da indústria cultural. Apenas no final dos anos 1970, já com o País respirando ares da redemocratização, empreende-se uma renovação nas pesquisas sobre o popular e os meios de massa. É o período em que a perspectiva gramsciana e sua questão maior, a hegemonia, passam a se afirmar nos estudos sobre Cultura e Comunicação no Brasil, abrindo caminho para os estudos de recepção: leitura crítica dos meios, recepção de telenovela, lazer e cotidianidade, usos populares dos meios, culturas urbanas e outras.

Como aponta Lopes¹⁰, no pensamento gramsciano a maneira de sentir e pensar das classes subalternas é refletida em seus discursos e nas suas práticas, que devem ser estudados de forma relacional e não isolada. Isso porque, em uma sociedade com grandes desníveis sociais, o popular é geralmente contraposto ao moderno e reconhecido, não por sua origem, mas por seu uso. Ou seja, o popular é adotado, usado e consumido, mas, não necessariamente, criado pelas classes subalternas. A ideia de consumo, entendida também como espaço de produção de sentidos, foi fundamental para o avanço das pesquisas sobre o popular na comunicação, pois desmontou a tese do consumidor passivo frente aos campos da produção, da mensagem e dos meios.

Nos anos 1980, Jesús Martín-Barbero, teórico e principal representante da Escola Latino-americana de Comunicação, propõe uma nova abordagem do cotidiano às buscas sobre a questão da cultura popular por meio do conceito de mediações: a luta dos sentidos das representações na comunicação. Na Teoria das Mediações, o estudo dos meios desloca-se para um novo território geográfico e simbólico. O bairro surge como o local e o mundo onde se forjam as novas identidades e sentidos do popular. Ao considerar a cultura como campo de luta e disputa dos sentidos, o autor trabalha sobre as experiências de vida das pessoas e as compreende como sujeitos receptores, não passivos, mas, sim, hábeis de reações, apropriações e cumplicidades.

A este percurso teórico alinhavam-se os Estudos Transdisciplinares que, a partir da década de 1990, inserem a comunicação no contexto da globalização, fazendo com que o global, o nacional e o local passassem a dialogar e a atuar de forma concomitante. Na pós-modernidade, pensada a partir de sua complexidade, a comunicação refere-se a um campo de conhecimento pós-disciplinar, onde a ciência fragmentada não consegue mais responder às novas questões deste novo mundo.

Mauro Wolf¹², ao refletir sobre o estado da arte das pesquisas em Comunicação, em âmbito internacional e voltadas à grande mídia, nos aponta que o campo da Comunicação é fragmentado e heterogêneo, mas que a área das suas pesquisas começam a se reorganizar sob o impulso da abordagem sociológica, que ilumina a questão das relações entre estrutura social, sistemas de poder e modelos de valor. Nesse nexo de relações,

a função da comunicação – especialmente a de massas – é construir uma enciclopédia de conhecimentos, capacidades e competências.

Para o autor, a maneira como vem sendo construída essa enciclopédia confirma a reorganização sociológica do campo, aliado ao fato de que muitas pesquisas têm constatado que um sistema de mídia cada vez mais complexo precisa de esquemas de análises e interpretações bem mais articuladas do que as disponíveis. Portanto, as pesquisas em comunicação que reunirem diferentes disciplinas de forma trans, multi ou interdisciplinar, ricas em dificuldades na aplicação dos modelos teóricos e analisadas sob a perspectiva das condições de funcionamento e não de função, são as que mais responderão às expectativas do campo em seu estado atual.

Quando Comunicação e Educação entram em cena

Os estudos que relatam experiências de aproximação entre os campos da Comunicação e da Educação remontam às décadas de 1930 e 1940 e derivam das inquietações frente à expansão dos *media* no século XX⁵. Há três abordagens básicas nesses estudos, a partir das quais podem ser destacados pontos de convergência, possibilidades de interrelação e desafios.

A primeira destaca que a vulnerabilidade aos apelos midiáticos pode influenciar na formação de hábitos socialmente negativos. A segunda abordagem defende que fatores culturais, sociais e contextuais relativizam o poder dos veículos de comunicação, e a terceira considera os meios de comunicação como criadores de consensos e legitimadores de poder. Nestas lógicas, à mídia deveria opor a si mesma uma educação libertadora e democratizadora. Em comum, as três vertentes referem-se a formas de apreensão do mundo e evidenciam a necessidade de a educação ampliar o diálogo com formas discursivas geradas fora de seus espaços tradicionais. Vamos a cada uma delas.

Educomunicação: um novo campo científico

Os lugares de reflexão e intervenção da nova prática metodológica expressa no conceito de *Educomunicação* foram se constituindo ao longo do século XX por estudos teóricos emanados de autores como Burrhus Skinner, Célestin Freinet, Mário Kaplun, Paulo Freire e Jesús Martín-Barbero. Nos anos 1950, a partir de uma visão mecanicista do uso das tecnologias da informação no ensino, Skinner sistematizou a chamada Teoria

do Reforço e da Recompensa. Freinet fez uso da comunicação impressa como forma de estímulo à expressão. Kaplun definiu o comunicador educativo responsável por desenvolver ações comunicativas em espaços educativos – os chamados ecossistemas comunicativos. Freire iluminou o caráter dialógico dos processos comunicacionais ao reafirmar a concepção da educação para os meios como atividade inerente aos programas de alfabetização e de educação popular. Martín-Barbero sistematizou a teoria das mediações e deu grande significado à relação entre Comunicação e Cultura.

No final dos anos 1990, ao pesquisar as práticas integradas da educação e da comunicação na América Latina, Soares¹¹ considerou que as transformações profundas nas Ciências Humanas vinham acarretando a eliminação das fronteiras, dos limites, das autonomias e das especificações dos diversos campos do conhecimento. Demonstrou que a interrelação entre a Comunicação Social e a Educação ganhava uma densidade própria e se afigurava como um campo de intervenção social específico vivenciado em quatro áreas concretas: na da Educação para a Comunicação; na área das Mediações Tecnológicas na Educação, na área da Gestão Comunicativa e na da Reflexão Epistemológica. Seus principais desafios centravam-se na formação dos profissionais deste novo campo a partir de cursos regulares, em nível de graduação, de especialização e pós-graduação, e na validação do campo junto aos órgãos financiadores de projetos e pesquisas.

Mídia-Educação: abordagem multidisciplinar

Desta perspectiva, reconhece-se a influência dos meios digitais no conceito de ensino-aprendizagem. Lembra Citelli que os países latino-americanos apresentaram uma particularidade quanto à sua história cultural: passaram rapidamente do plano discursivo-verbal para os meios audiovisuais. Particularmente no Brasil, sua extensão territorial e os seus problemas de escolaridade fizeram com que a TV e o rádio se tornassem a principal forma de entretenimento e a principal fonte de informação para grande parte da população.

Para Maria Luiza Belloni⁴, a mídia passa a ser parte integrante da educação quando a sala de aula, o livro didático e o professor deixam de ser a única fonte e referência para o aprendiz. Ou seja, elementos de educação podem ser buscados em qualquer parte, tanto através da internet como dos meios de comunicação, especialmente a TV. Ao discutir o papel das TIC

– Tecnologias de Informação e Comunicação, a autora considera que podem ser um excelente suporte de ensino-aprendizagem por seu aspecto mobilizador e aglutinador, desde que se proponham a uma abordagem criativa, crítica e interdisciplinar do conhecimento.

Interface: espaço de experimentação e risco

Para Braga e Calazans³, a importância da comunicação na sociedade evidencia-se, principalmente, pela sua penetração nas instituições e atividades sociais. Nessa perspectiva, Comunicação e Educação são campos que se invadem mutuamente, constituindo uma interface, com lógicas diferenciadas. E por estarem ambos os campos em permanente reconstrução, a interface se torna um espaço de experimentação e risco: pode se prestar a posicionamentos generalizados, simplificadores e deslumbrados sobre os processos tecnológicos, mas também se voltar a muita experimentação, pesquisa e reflexão, tal sua complexidade.

Na perspectiva da *Interface*, uma das reflexões vitais é a questão da aprendizagem, que não é consequência apenas da Educação. Uma vez que, desde o Iluminismo, à escola foi reservada a tarefa da socialização dos conhecimentos acumulados da humanidade, sobre ela continuam recaindo as expectativas da formação integral do ser humano.

Territórios de formação

Para referendar as diversas teses pautadas na ideia de que as necessidades reais da vida não são satisfeitas apenas pelo saber formal, Willi Bolle² utiliza o conceito de “escola paralela” ao analisar as críticas à matriz dos processos educacionais de hoje e as que sustentaram o rompimento do conceito de formação, na modernidade.

Como a educação formal não consegue responder a todas as questões e a todos os afetos que as situações de aprendizagem solicitam, outros espaços também cumprem essa função e atuam como uma escola paralela. São os espaços educativos informais e os não-formais, onde os agentes educadores são a família, os amigos, a igreja, os veículos de comunicação. Seu território de ação é o cotidiano.

Considerando ainda que a educação informal é o caminho espontâneo de socialização dos indivíduos e que a educação não-formal é a trajetória que as capacita para se tornarem cidadãos do mundo, os resultados esperados desses processos são uma formação para a leitura e interpretação do mundo que os cerca. Trata-se de uma

formação para a vida e suas adversidades, e não apenas uma capacitação para o mercado de trabalho⁸.

Compartilhar significados, sentidos comuns

A presença da dimensão comunicativa no ato educativo nem sempre tem suscitado a atenção suficiente da parte dos pesquisadores. É fundamental refletir acerca do fenômeno da educação em saúde, recolocando em jogo os vários saberes que constituem as práticas e as reflexões envolvidas nas relações entre educação e comunicação na área da saúde. Elas não são dadas *a priori*. Neste cenário, há escolhas a serem feitas acerca dos pressupostos educacionais, das práticas comunicacionais e das concepções de saúde.

Diante disso, impõe-se a pergunta: como será que se forma um profissional da saúde para a realidade do SUS? Como deverá ser o perfil desse futuro profissional? Nesse processo de formação, qual a educação que se quer e que concepção se pretende adotar? Qual a comunicação que se quer e que vertente abordar? Que ser humano se quer formar? Alguém que ouça passivamente, alguém que se revele, alguém que formatize, alguém que analise, alguém que fale, alguém que sinta?

Para que esse profissional tenha, de fato, um papel importante no destino das pessoas, tenha um projeto para essa sociedade e entenda o significado disso no percurso da história, não se pode prescindir de que outros cursos, de que outras capacitações, de que outros saberes?

Na educação, se um educador não se perguntar qual é a sua intenção, o que pretende, qual a finalidade do que faz, ele está fadado a se perder. Para isso, um instrumento fundamental, que não pode se burocratizar, é o planejamento. Planejar o currículo do curso, da disciplina, a trajetória que professores e alunos deverão percorrer é fundamental, pois de nada adiantam perguntas sobre como fazer, que método utilizar, qual estratégia adotar, se não se sabe aonde se quer chegar.

Paulo Freire, no clássico *Extensão ou Comunicação*⁶ diz que “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Disso decorre um aspecto conceitual importante a ser aqui destacado: tanto a prática da saúde quanto a da comunicação e a pedagógica não são práticas solitárias, e nem podem ser. São sempre práticas compartilhadas.

Outro dado interessante e que merece ser lembrado é a relação que a Educação, a Saúde e a Comunicação estabelecem com a vida, expressa numa das vertentes da Educação, que é a educação popular. Um exemplo bastante elucidativo está na fala de Antônio Cícero de Sousa, o seu Ciço, agricultor mineiro, recolhida por Brandão⁴:

“Agora, o senhor chega e pergunta: “Ciço, o que que é educação?” (...) O senhor faz pergunta com um jeito de quem sabe já a resposta. Mas eu explico assim. A educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é a sua. Ela tem o saber de sua gente e ela serve pra que mundo? Não é assim mesmo? A professora da escola dos seus meninos pode até ser uma vizinha sua, uma parente, até uma irmã, não pode? Agora, e a dos meus meninos? Porque mesmo nessas escolhinhas de roça, de beira de caminho, conforme é a deles, mesmo quando a professorinha é uma gente daqui, o saber dela, o saberzinho dos meninos, não é. Os livros, eu digo, as idéias que tem ali. Menino aqui aprende na ilusão dos pais; aquela ilusão de mudar com estudo, um dia. Mas acaba saindo como eu, como tantos, com umas continhas, uma leitura. Isso ninguém não vai dizer que não é bom, vai? Mas pra nós é uma coisa que ajuda e não desenvolve.(...) Então vem um e pergunta assim: “O Ciço, o Antônio Ciço, seus meninos tão recebendo educação?” Que seja um padre, que seja o senhor, eu respondo: Homem, uma eles tão. Em casa eles tão, que a gente nunca deixa de educar um filho conforme os costumes. Mas educação de estudo, fora os dois menorzinhos, eles tão também, que eles tão na escola”. Então quer dizer que é assim: tem uma educação - que eu nem sei como é que é mesmo o nome que ela tem - que existe dentro do mundo da roça, entre nós. Agora, tem uma - essa é que se chama mesmo “educação” - que tem na escola.

A fala de Ciço pode ser dirigida a todos os educadores e profissionais da comunicação e da saúde. Ela nos desafia continuamente e nos conduz, necessariamente, a uma séria reflexão: trata-se de transformar uma educação *para* o povo em uma educação *do* povo.

É preciso, no entanto, aclarar alguns aspectos que nos parecem importantes para evitarmos uma postura ingênua, acrítica. É frequente desqualificarmos todo saber que não se identifica com o nosso, isto é, não reconhecemos o saber do outro. O saber que não é o nosso é percebido como sinônimo de ignorância. É preciso (re) conhecer e consequentemente valorizar o saber do outro. Significa,

em outros termos, reconhecer a existência do outro enquanto portador de saberes distintos.

Por outro lado, é fundamental não cairmos no extremo oposto de que “só o povo sabe”, que redundaria no mesmo equívoco da “vanguarda esclarecida” – concepção que fez parte da história do movimento de educação popular e que pressupunha ser possível conduzir o processo de mudança social por meio de uma elite intelectual que falava em nome do povo. Em outras palavras, o educador “não sai de cena, apenas perde o papel principal”, conforme diria Garcia⁷.

Em outras palavras, “a vanguarda esclarecida” apenas ratifica a divisão entre os que sabem e os que não sabem. Estão presentes nessa divisão as relações sociais dominantes em nossa sociedade, expressas nas relações de poder. Nestes termos, essas relações estão inscritas no campo político, econômico e ideológico. Requerem uma discussão mais aprofundada da sociedade e não apenas no nível em que se expressam no campo da educação. Nessa linha de raciocínio, a educação popular está voltada ao fortalecimento do poder das camadas populares, ou seja, um saber que pode ser utilizado diretamente na realização de seus objetivos sociais⁴ (p.29).

Sabemos que a Saúde Pública não é responsabilidade exclusiva dos profissionais da área, mas atribuição de toda a sociedade: governos e a mais variada gama de entidades e instituições da sociedade civil. Entendemos que os problemas da saúde são questões também da educação e da comunicação, pois, juntas, podem potencializar uma revolução cultural no sentido de disseminar uma nova concepção da prevenção e da promoção dos valores da saúde.

Como esclarecemos desde o início, a contribuição deste artigo é, essencialmente, a de constituir um mote para o prosseguimento da interlocução. Nele, concentram-se possibilidades de reflexão sobre a inclusão do estudo da Comunicação na formação dos profissionais de saúde e outras indagações como acerca de tipos, meios, métodos e formas de socializar e aplicar a vasta produção da área da Saúde Pública.

É bem possível que, no trajeto dessas e de outras tantas e novas reflexões a que nos propusermos enfrentar, decorram todos os tipos de turbulência. Não faz mal. Só faz bem. Já contou Guimarães Rosa que turbulência é o vento experimentando o que irá fazer com sua liberdade...

Referências

1. Belloni ML. O que é Mídia-Educação. Campinas: Autores Associados; 2001.
2. Bolle W. A idéia de formação na modernidade. In: Ghiraldelli Junior P, organizador. Infância, Escola e Modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
3. Braga JL, Calazans MRZ. Comunicação e Educação: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker; 2001.
4. Brandão CR. Pensar a Prática : Escritos de Viagem e Estudos sobre a Educação. São Paulo: Loyola; 1980.
5. Citelli A. Comunicação e Educação: aproximações. In: Baccega MA, organizadora. Gestão de Processos Comunicacionais. São Paulo: Atlas; 2002. p. 101-112.
6. Freire P. Extensão ou Comunicação?. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2002.
7. Garcia PB. Saber popular : Educação popular. In: Bezerra A, Garcia PB. Cadernos de Educação Popular 3. Petropolis: Vozes/Nova; 1982. p.33-62.
8. Gohn MG. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Avaliação das políticas públicas na Educação. 2006 Jan/Mar; 14(50).
9. Ianni O. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2000.
10. Lopes MIV. Pesquisa em Comunicação. 5ª ed. São Paulo: Loyola; 2001. p. 63-70.
11. Soares IO. Metodologias da educação para a comunicação e a gestão comunicativa no Brasil e na América Latina. In Baccega MA. Gestão de processos comunicacionais. São Paulo: Atlas; 2002. p. 113-132.
12. Wolf M. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes; 2008. p. 271-272.